

**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA- CETER
SECRETARIA EXECUTIVA**



ATA DA 002ª REUNIÃO ORDINÁRIA FECHADA

DATA E HORÁRIO: 10/11/2021

LOCAL: Reunião online, não presencial. Pelo app Zoom.

HORÁRIO: às 10 horas.

CONSELHEIROS PRESENTES: Patricia Ellen da Silva (Secret. De Desenvolvimento Econômico), Armando Gordinho dos Santos (COP – SDE), Danilo Pereira da Silva (Força Sindical), Fatima Cortella (Secret. de Desenvolvimento Social), Gener Silva (Fecomércio), Luís Fernando Binda (FAESP), Marília de Castro (FACESP), Ana Saeko Suto (Secretaria de Fazenda e Planejamento), Paulo de Oliveira (CSB), Narciso Figueirôa (Fetcesp), Daniela de Souza Bitencourt Dias (UGT), Atilio Machado Peppe (SRTE), Nailton Francisco de Souza(NTSC), Marcelo Luis de Souza(Secretaria de Fazenda e Planejamento), Nicolino Eugênio da Silva Jr (FEBRABAN), Rene Vicente dos Santos (CTB)

CONSELHEIROS JUSTIFICADOS:

SECRETÁRIA EXECUTIVA: Juliana Junqueira

SUPLENTE: Patricia Giuriato

DIRETORES REGIONAIS PRESENTES: -

CONVIDADOS: Victor Pazani (DIEESE), Elcio Figueiredo (Sec. De Agricultura e Abastecimento), Marina Bragante (Secretária Executiva da SDE), João Rafael Calvo (Coordenador da COP/SDE), Marcos Wolff (Coordenador da CPER/SDE), Vinicius Natacci (Assessor de Gabinete SDE), André Kviatskovski (Secret. de Desenvolvimento Econômico).

PARTICIPANTES: 25

MUNICÍPIOS PRESENTES: 6

Aos dez dias do mês de novembro de 2021, às 10 horas, de forma on-line, via aplicativo Zoom, foi realizada a 02ª Reunião Ordinária fechada do Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Renda do Estado de São Paulo – CETER/SP. Juliana Junqueira: Bom dia Presidente. Já temos quórum para começar a reunião, quando quiserem. **Patricia Ellen:** Bom dia a todas e todas. A condução será feita pela nossa vice presidente Fatima Cortella. Estamos muito felizes de ver nosso Conselho reunido e queria sugerir que fizéssemos a nossa próxima reunião presencial. Ou no formato híbrido. Gostaria de saber se vocês aprovam a reunião presencial? Então nos dê ok no chat. Acho que seria muito importante a gente ter pelo menos um encontro presencial este ano, já que estamos todos vacinados. **Fatima Cortella:** Então está aberta a nossa segunda reunião. Passarei a palavra para apresentação do Retoma, como combinado na reunião passada, e demais ações do governo. E também as atas que precisam ser aprovadas. E depois as Centrais. **Patricia Ellen:** Então vamos fazer a apresentação aqui com a minha equipe, do Retoma São Paulo. Então, se me permite Fatima, vamos começar pela aprovação das atas. **Fatima Cortella:** Estava previsto 40 minutos para apresentação das Centrais, mas vamos poder reduzir para 20 minutos e depois abrimos para a discussão. **Patricia Ellen:** A minha apresentação também será de 20 minutos, e depois podemos discutir os assuntos. **Fatima Cortella:** Já informei a Juliana da mudança para 20 minutos e depois a discussão, para que todos possam participar. **Patricia Ellen:** Antes de iniciarmos a apresentação, vamos proceder à aprovação das atas. Então coloco para aprovação as atas da primeira e segunda reunião ordinária do CETER. Podemos considerar aprovadas? Certo, então estão aprovadas as atas. Então vamos passar ao item I da pauta que é a apresentação dos resultados do Retoma São Paulo. O Retoma São Paulo, é um programa de retomada econômica, onde temos como principais metas fomentar o emprego e o empreendedorismo formal. Vamos começar pelos resultados dos últimos meses. Nós tivemos quatro grandes objetivos para retomar: crescimento econômico, retomada dos empregos formais, fomento do empreendedorismo formal e o quarto objetivo que é combater a desigualdades. Naqueles setores que foram mais impactados pela pandemia, inclusive como recomendação deste conselho, todos os programas que foram implementados tiveram exatamente este olhar. São resultados muito positivos, São



Paulo hoje, são dados de setembro divulgados nesta segunda feira, estamos consolidando 777 mil postos de trabalho formais em 2021. Estamos recuperando pouco a pouco o nosso estoque de empregos formais e já com saldo positivo com relação a 2020 e chegando no patamar de 2019 que era uma das nossas metas. Um outro ponto importante, é que tivemos um aumento de empregos formais de mulheres. Isto é importante porque o desemprego também impactou de uma forma mais intensa as mulheres. Também o público negro, pardo, indígenas, jovens e população com deficiência. Então estamos também fazendo um trabalho para esta compensação. O fato de termos aqui um aumento de empregos femininos é muito importante para corrigir esta desproporcionalidade nesta questão do desemprego. Outro ponto importante é que São Paulo hoje responde por quase um terço dos novos postos de empregos formais, lembrando que SP é mais produtivo e investe mais em tecnologia. Nós tínhamos como meta ter uma geração de emprego muito maior e pretendíamos chegar a um milhão de empregos formais este ano. Estamos trabalhando árduamente para alcançar isto. O Governador nos deu uma meta um pouco mais ambiciosa, mas estamos trabalhando nesta meta. Outro número novo que saiu ontem, vocês se lembram? Acho que a Dra Marília quem defendeu muito esta pauta, de aumentarmos não somente os empregos, mas também a formalização do empreendedorismo. Porque houve um grande aumento do empreendedorismo informal por necessidade. E temos uma grande notícia para compartilhar com vocês, uma das ideias que surgiu deste conselho, foi, além de ter a Bolsa Trabalho, ter também a Bolsa Empreendedor. Vocês devem lembrar da reunião passada, conseguimos a aprovação do orçamento e fizemos inclusive uma reunião extraordinária. Tivemos uma autorização de 100 mil vagas do Bolsa Empreendedor e 30 mil do Bolsa Trabalho. Outra sugestão que também surgiu deste conselho, foi o aumento do valor da bolsa. Hoje ela é de \$540,00 por cinco meses, com atividade laboral nas prefeituras e a Bolsa Empreendedor é de \$1.000,00 em duas parcelas de R\$500,00. Tudo isto surgiu nas nossas primeiras conversas e foi implementado em tempo recorde nos últimos três meses. Eu queria agradecer porque funcionou muito bem as nossas reuniões aqui e tivemos este grande aumento de orçamento. A Secretaria vai fechar o ano com o maior orçamento da história. Tanto o orçamento da administração direta através destes programas, quanto da parte de ciência e tecnologia. Nós fechamos o mês de outubro com o maior número anual de empresas abertas na história da Junta Comercial. E aqui, detalhe, não são MEIs, são LR, S/A, limitada, são empresas que empregam. São empresas que têm funcionários. Com ISS, em outubro, já batemos o recorde de 2019, pré pandêmico. E 2019 já tinha sido um recorde histórico que foi batido agora. O que fez isto acontecer? Além do apoio das bolsas, o Governador apoiou a isenção de taxa de abertura de empresas na Junta Comercial. Este número total é 5% maior que de 2019, independente de estarmos em novembro ou dezembro. O que está por trás disso? Todos os setores econômicos de todas as regiões estão faturando a mais que 2019, com exceção do setor de eventos que está retomando agora. O Retoma São Paulo tem sido um programa de retomada regional, e aqui eu queria colocar o meu pleito quando nós abrímos para comentários depois da apresentação das Centrais, uma maior participação de vocês neste programa. Algumas das Instituições aqui representadas estão trabalhando conosco e está dando muito resultado. Mas peço a colaboração de vocês para que vocês possam atuar inclusive presencialmente. Esta semana nós estaremos em Sorocaba e depois Rio Preto e Vale do Ribeira. Toda sexta-feira nós temos um mutirão de serviços e o Governador aprovou mais de meio bilhão de reais para este programa. Nestes eventos já foram atendidas mais de 200 mil pessoas nas oito regiões que tiveram o Retoma, mais de trezentos municípios. Só na Bolsa Trabalho, nós atendemos 30 mil pessoas nestas regiões. Foram 106 mil pessoas no Vale Gás, outra sugestão das Centrais também numa reunião com o Governador. Só nos mutirões, 7 mil pessoas tiveram acesso aos cursos de qualificação do Via Rápida e mais de 150 serviços ofertados nestes mutirões. Nenhum de vocês foi conosco a estes mutirões? Gostaria muito de tê-los conosco nos próximos. Temos feito isto nas praças públicas, as pessoas têm comparecido, tem sido muito bonito. Um outro pedido que foi feito aqui para que tivéssemos um olhar para a desigualdade, do Bolsa



Empreendedor, tivemos 133 mil pessoas inscritas para 100 mil vagas. Praticamente quase todos foram contemplados. Quase todos os municípios do estado foram cobertos. E destes a maioria são mulheres, pretas, pardas, indígenas, jovens e pessoas com deficiência. Aqueles mais afetados pela desigualdade. Nosso público feminino no Bolsa Empreendedor é de 80% e de raça, quase 60% negras e pardas. No Bolsa Trabalho, estamos com 30 mil vagas. Queria agradecer a vocês a grande conquista. Eu olho estes números e nem acredito. Para 2022, nós já temos a aprovação de 150 mil vagas nas Frentes de Trabalho. Então este ano já tivemos 30 mil e no ano que vem mais 150 mil vagas na Frente de Trabalho. Esta é a resposta da importância da colaboração de vocês, porque isto vai ser impossível de operacionalizar sem uma articulação direta com as prefeituras, com as Centrais, com as Organizações Sociais, para que possamos ter estas atividades laborais para 150 mil pessoas. Para o ano que vem, só para o Bolsa Trabalho, teremos oitenta milhões de reais e cem milhões do Bolsa Empreendedor. Este orçamento foi o adicional neste segundo semestre. Então nossas reuniões foram muito importantes. São muitos parceiros que estão participando disto conosco. Quero agradecer especialmente à Fecomercio, à Facesp. E quero garantir que estas ações compartilhadas estão fazendo muita diferença neste processo de retomada. Ainda teremos Sorocaba, Rio Preto, Itapeva, Vale do Ribeira e Ribeirão Preto. Teremos reuniões de nossa equipe com os empresários locais de vários setores e queremos muito contar com a participação de vocês. Estamos sugerindo fazer na próxima semana, reuniões com os trabalhadores, com os empregadores, separadamente por que o tipo de apoio é diferente, para a gente fechar este modelo de parceria agora que já temos o orçamento aprovado para 2022 também. Por que o ano que vem a gente vai ter que fazer três a cinco vezes mais do que fizemos neste semestre. No documento das Centrais, vi que tinha alguns pedidos de qualificação profissional e poderemos falar sobre este tema também. Finalizo agradecendo a vocês. Tem sido muito emocionante viajar, ver as pessoas bem, com saúde. Seria impossível fazer isto sem a vacina. Nesta segunda-feira tivemos o primeiro dia sem óbitos por covid e somos o primeiro estado do Brasil a alcançar 70% de vacinados. Acabei de voltar de viagem ao exterior com o Governador para representar o Brasil e trazer investimentos e fiquei feliz de ver como avançamos bem no combate à pandemia. Os Emirados Árabes são o país com o maior percentual de vacinados no mundo e nós não temos nada a perder tanto em relação à vacina quanto em relação à protocolos. Foi muito bonito ver como o nosso estado tem se destacado e foi muito bem representado tanto na Expo Dubai quanto na COP22, defendendo também nosso olhar de desenvolvimento econômico sustentável. Muito obrigada pela colaboração de vocês. E obrigada Vice-presidente. **Fatima Cortella:** Li o documento das Centrais e queria fazer duas observações, primeiro, a agenda unificada que vocês colocam à respeito do Piso Salarial e a recriação da Secretaria de Emprego. Tanto um quanto o outro assunto são questões de governança. Eu acredito, depois podemos ouvir a opinião dos demais conselheiros, que este não seja o fórum correto para discutir estas questões. A questão da recriação da secretaria cabe ao governo definir a sua estrutura. E a questão do Piso também. Mas é importante ouvir a apresentação e depois abrir para a Secretária colocar sobre o Piso e a Sert e ouvir os demais conselheiros. Quero reforçar também que nos outros itens que foram colocados, a importância dos programas que estamos fazendo juntos. Da nossa parceria do Desenvolvimento Social com o Desenvolvimento Econômico tem sido muito grande dentro do Retoma e também dentro das nossas parcerias temos outro programa que é o impulsiona queremos trazê-los para trabalhar conosco junto aos municípios. Passo a palavra as Centrais. **Victor Pazani, Dieese:** Bom dia a todos. Eu gostaria de fazer um compartilhamento de tela com o próprio documento que as Centrais encaminharam para a secretaria. Este documento é fruto de algumas reuniões das Centrais, mas ficou sintético, resumido. Este documento foi elaborado à partir de dados do governo federal, do Ministério do Trabalho, do IBGE e da Fundação Seade do governo do estado de São Paulo. As informações que embasaram este diagnóstico são públicas, oficiais e semelhantes as que foram apresentadas pela secretária agora a pouco. A gente parte desta constatação que a pandemia impactou



profundamente o mercado de trabalho e ampliou as vulnerabilidades sociais existentes, agravando o problema do trabalho informal desprotegido e as desigualdades, tanto de acesso quanto de permanência no mercado de trabalho. Tanto as desigualdades de gênero quanto de raça, cor e faixa etária.

Pauta das Centrais Sindicais para o Estado de São Paulo

Novembro de 2021

Introdução

A pandemia de Covid-19 impactou profundamente o mercado de trabalho, ampliando as vulnerabilidades sociais já existentes, sobretudo o aprofundamento do trabalho informal sem proteção trabalhista e social, bem como a ampliação das desigualdades estruturais de acesso e permanência ocupacional (disparidades relativas ao gênero, raça/cor e faixa etária). Mesmo na conjuntura mais recente, a retomada da atividade econômica no estado de São Paulo não se refletiu em melhorias consistentes no mercado de trabalho. O processo de desindustrialização segue se agravando, sobretudo no estado de São Paulo, onde a queda de participação da indústria no PIB é maior do que no Brasil.

A retomada da atividade econômica com o avanço da vacinação esteve acompanhada por dois movimentos distintos no mercado de trabalho. Por um lado, houve um aumento expressivo da procura por emprego, o que explica grande parte das elevadas taxas de desocupação e informalidade, por outro lado, ocorreu também uma elevação da contratação de emprego formal como um todo. No entanto, a escalada da inflação tem reduzido drasticamente o poder de comprar dos trabalhadores, tanto para aqueles empregados no mercado formal quanto no setor informal, processo que se agrava com o congelamento do piso estadual paulista desde abril de 2019.

Os impactos causados pelas novas tecnologias nas relações e condições de trabalho também precisam ser destacados. Especialmente nos setores de Comércio e Serviços, as novas tecnologias aparecem como plataformas digitais, com ascensão de aplicativos de delivery e de oferecimento de serviços, adoção do regime de teletrabalho, migração de lojas para sistemas de e-commerce, de agências bancárias para agências virtuais, instituição de autoatendimento digitalizado em supermercados, restaurantes e hotéis por meio de sistemas biométricos/contactless, quiosque digital, entre outros.

Este cenário tem eliminado postos de trabalho, além de promovido o trabalho desprotegido, sem direitos trabalhistas e previdenciários, assim como sem tributação adequada. Neste contexto, ocorrem efeitos imediatos sobre estados e municípios, particularmente na redução da renda local (impostos e salários) e aumento de gastos governamentais (saúde, seguro emprego, programas sociais).

Diante desta realidade complexa e em constante transformação, que exige políticas permanentes de promoção do trabalho decente, saudável e seguro, com combate à exploração do trabalho infantil e em condições análogas à escravidão, a recriação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) coloca-se como um importante instrumento para potencializar a ação governamental junto aos trabalhadores.

Após estas considerações introdutórias, as Centrais Sindicais apresentam uma agenda unitária e propositiva com o objetivo de organizar o debate e atuação do movimento sindical, bem como aprofundar o diálogo social com as representações empresariais e o governo do estado de São Paulo.

Agenda unificada das Centrais Sindicais

Valorização do piso salarial paulista congelado desde abril de 2019

(conforme detalhado em anexo);

Recriação da Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (SERT) do Estado de São Paulo;

Aperfeiçoamento da intermediação de mão de obra com participação efetiva das entidades

sindicais (possibilidade de utilização das estruturas sindicais para contribuir neste melhoramento);



Aperfeiçoamento dos programas de proteção aos desempregados, qualificação e requalificação visando a redução das desigualdades estruturais no mercado de trabalho relativas ao gênero, raça/cor e faixa etária;

Acompanhamento da introdução de tecnologias, para adoção de medidas de proteção aos trabalhadores, redução e compensação de impactos aos trabalhadores e às cidades, com garantia de processos de transição justa.

ANEXO I

Piso Regional de SP Desenvolvimento e Distribuição de Renda

A luta das Centrais Sindicais pela valorização do Salário Mínimo Regional do Estado de São Paulo vem demonstrando a possibilidade de ação conjunta e unitária do movimento sindical paulista para um projeto de desenvolvimento do estado com valorização do trabalho, melhoria da distribuição de renda e, em especial, proteção aos trabalhadores que estão na base da hierarquia salarial dos segmentos mais vulneráveis, presentes em setores e regiões onde a organização sindical tem menor alcance.

A valorização do piso regional é um poderoso instrumento de democratização da renda, desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida para o conjunto das mais de 44 milhões pessoas que vivem no estado de São Paulo e os 24 milhões de trabalhadores(as) que compõem sua força de trabalho.

Assim, reconhecemos que a valorização do Piso Regional pode contribuir tanto para acelerar o crescimento quanto para ampliar a estabilidade da economia na medida em que tem potencial de gerar um ciclo virtuoso de salário e demanda agregada, promovendo crescimento sustentável do consumo e inclusão social.

Para tanto, consideramos fundamental:

Recompor a defasagem acumulada pelo Piso Regional do Estado de São Paulo em relação ao INPC e ao Salário Mínimo.

Considerar no cálculo do reajuste a variação do preço da Cesta Básica pesquisada pelo DIEESE na capital do estado. Desta forma, o Piso Regional de São Paulo chegaria próximo ao poder de compra, mensurado em cestas básicas, dos demais estados com pisos regionais (PR, SC, RS e RJ); Possíveis parâmetros para composição do índice de reajuste do Piso Regional do Estado de São Paulo:

INPC-IBGE:

2019 (abril a dezembro): +2,76%

2020 (janeiro a dezembro): +5,45%

2021(janeiro a setembro): +7,21%

Abril/2019 a Setembro/2021: +16,16%

Variação do preço da Cesta Básica de Alimentos em São Paulo:

2019 (abril a dezembro): -0,51%

2020 (janeiro a dezembro): +24,67%

2021(janeiro a setembro): +6,65%

Abril/2019 a Junho/2021: +32,29%

Variação do PIB do estado de São Paulo:

2019: +2,2%

2020: +0,4%

A seguir, apresentamos as justificativas específicas.

Existem em São Paulo duas faixas para o Piso Regional, a primeira no valor de R\$ 1.163,55 e a segunda de R\$ 1.183,33. Ambas estão congeladas desde abril de 2019, acumulando uma perda inflacionária de 16,16%.

Em Santa Catarina o piso regional foi reajustado este ano em 5,45%, recompondo, portanto, as perdas inflacionárias pelo INPC das quatro faixas salariais: Faixa I - R\$ 1.281,00; Faixa II - R\$ 1.329,00; Faixa III - R\$ 1.404,00; Faixa IV - R\$ 1.467,00.



No Paraná o piso regional foi reajustado em 6% (cálculo a partir do índice de reajuste do Salário Mínimo Nacional mais 0,7%, metade do PIB de 2019) em suas quatro faixas: Faixa I - R\$ 1.467,40; Faixa II - R\$ 1.524,60; Faixa III - R\$ 1.577,40; Faixa IV - R\$ 1.696,20.

No Rio Grande do Sul o governo apresentou o Projeto de Lei 237/2021, em 16 de julho de 2021, para estabelecer os seguintes valores de piso regional: Faixa I - R\$ 1.270,91; Faixa II - R\$ 1.300,18; Faixa III R\$ 1.329,67; Faixa IV - R\$ 1.382,19; Faixa V - R\$ 1.1.610,61.

No Rio de Janeiro existem seis faixas congeladas desde janeiro de 2018, ainda assim a menor faixa de R\$ 1.193,36 permanece superior à maior faixa de São Paulo.

2. A questão do salário mínimo do servidor público estadual

O piso salarial do servidor público estadual (atualmente em R\$ 1.200,00 /40h) não está vinculado ao Piso Regional, conforme artigo 2º da lei nº 12.640, de 11 julho de 2007:

(...)

Art 2º - Os pisos salariais fixados nesta lei não se aplicam aos trabalhadores que tenham outros pisos definidos em lei federal, em convenção ou acordo coletivo de trabalho, bem como aos servidores públicos estaduais e municipais, e, ainda, aos contratos de aprendizagem regidos pela Lei Federal nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. (NR)

Portanto, não deve limitar seu reajuste, pois o Piso Regional abrange somente as categorias do setor privado que não são contempladas por Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho. Ademais, o atual piso aprovado para o servidor público estadual pela Lei Complementar nº 1.344, de 26/08/2019 está assim estabelecido:

(...)

Artigo 1º - Quando a retribuição global do servidor for inferior aos valores fixados nos incisos I a III deste artigo, será concedido abono complementar para que sua retribuição global mensal corresponda a esses valores, na seguinte conformidade:

I - R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), quando em Jornada Completa de Trabalho; II - R\$ 900,00 (novecentos reais), quando em Jornada Comum de Trabalho;

III - R\$ 600,00 (seiscentos reais), quando em Jornada Parcial de Trabalho. (...)

Ou seja, ultrapassa ambas as faixas do piso regional.

A função primordial do Piso Regional é proteger os trabalhadores que estão na base da hierarquia salarial no estado. Além desta função, listamos outros papéis na economia e na sociedade do estado.

Proteção aos mais vulneráveis e fragilizados

O piso regional visa proteger os trabalhadores de categorias mais vulneráveis ou com inserção mais frágil no mercado de trabalho: mulheres, jovens, trabalhadores no setor agrícola inorganizados. Também há um grande desnível entre os acordos e convenções coletivas das categorias mais mobilizadas, em relação às menos mobilizadas, que acaba funcionando como incentivo a expedientes patronais, como certos tipos de subcontratação e terceirização, com o objetivo de driblar as conquistas previstas nos acordos das categorias preponderantes.

Balizamento dos salários de ingresso no mercado de trabalho

Funciona como balizador do salário de ingresso no mercado de trabalho, podendo servir de referência inclusive para os trabalhadores informais.

Inibição da rotatividade espúria

Uma das características do mercado de trabalho brasileiro é a prática da rotatividade, entendida aqui como a demissão de um trabalhador pela empresa e a contratação de outro para o mesmo posto, com objetivo de reduzir o gasto com a folha de pagamentos. A elevação de um salário base, que alcança os trabalhadores menos qualificados, aproxima os valores dos rendimentos dos já empregados em relação aos dos seus possíveis substitutos, desestimulando essa prática de rebaixamento salarial por meio da movimentação de pessoal

Equalização e dinamização regional



Do ponto de vista das diferenças entre as regiões do estado, o piso regional exerce um papel equalizador. O processo de valorização do piso estimula o circuito econômico de áreas que contam com grande número de indivíduos que dependem do piso. Junto com outras medidas de estímulo à dinamização econômica desses mercados, a elevação do Piso Regional pode impulsionar não só o nível de bem estar das populações aí residentes, mas também o crescimento e a diversificação da economia local.

Promoção de sistema de negociação setorial

O Brasil, ao contrário de outros países, não tem um sistema de “Conselhos de Salários” tripartites, onde se estabelecem pisos mínimos por setores de atividade. A negociação do Piso Regional pode fomentar um sistema de negociação setorial no estado. A própria pulverização das negociações coletivas dificulta o atendimento de reivindicações por parte das empresas, sempre que isso possa alterar parâmetros de custo em relação aos seus concorrentes – o que não ocorre quando a negociação é centralizada e abrange o conjunto das empresas do ramo específico. Desta forma, há o fomento da concorrência local entre as empresas com base na eficiência, qualidade e na inovação, em vez de rebaixamento salarial.

Políticas Públicas e o Piso Regional

Os governos, estadual e municipais, têm buscado criar condições para a retomada do processo de desenvolvimento do estado de São Paulo e, conseqüentemente, do Brasil. As políticas fiscais estabelecem desonerações e isenções que beneficiam empresas e seus proprietários. Nesse sentido, o piso regional vem a ser uma contrapartida aos incentivos concedidos ao setor empresarial.

ANEXO II

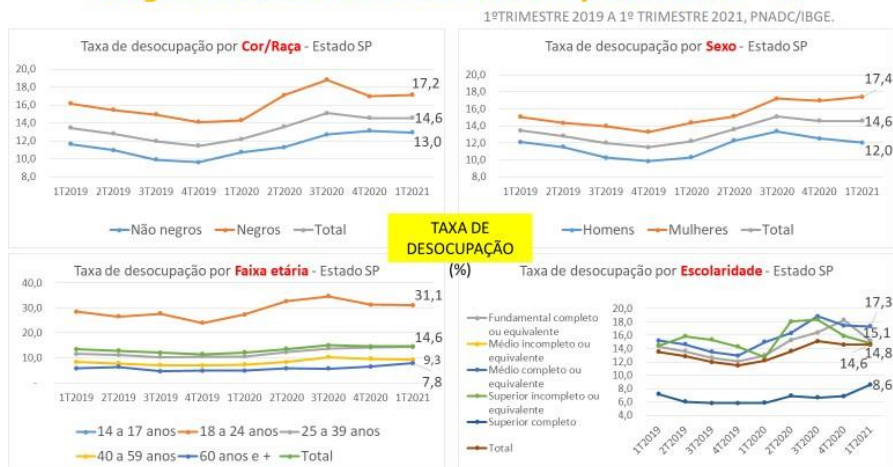
Tipos de Inserção no Mercado de Trabalho – SP

2º TRI/2021, PNADC/IBGE.





Desigualdades estruturais no acesso e permanência – SP



Este documento é assinado pelos Srs. Danilo Pereira da Silva, presidente da Força Sindical Estadual; Paulo de Oliveira, vice presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros; Amauri Sérgio Mortágua, presidente da União Geral dos Trabalhadores de SP; Wagner Menezes, secretário de relações do trabalho da CUT; Ailton Francisco de Souza, diretor de comunicação da Nova Central Sindical do Estado de SP e Rene Vicente dos Santos presidente da Central do Trabalhadores do Brasil de SP. Agora passo a palavra para alguma complementação que os representantes das Centrais Sindicais queiram fazer e agradeço a atenção. Obrigado. **Danilo Pereira da Silva:** Bom dia, os elementos colocados nesta proposta, que foi fruto de um debate das Centrais Sindicais, contempla muito bem a questão técnica, os argumentos aí colocados, os números. A gente coloca praticamente três eixos nesta proposta, a questão do salário mínimo regional com os parâmetros para serem debatidos, para atualizar este piso regional de acordo com a economia do estado e a própria importância que o estado tem na economia nacional. É lógico Fatima, que a gente entende que a questão de secretaria é uma questão de governança, uma política de governo, mas há elementos na nossa proposta, ferramentas e funções que podem ser desenvolvidas. Eu acho que pode ser aprofundada e discutida e já foi até colocada como proposta a ser debatida no conselho. Eu vejo, inclusive nesta política da Bolsa Trabalho, Empreendedorismo, algumas questões que a gente pode valorizar e aprofundar, principalmente aqueles que foram mais vulneráveis durante a pandemia. Se alguns companheiros quiserem fazer alguma complementação, mas eu gostaria de ouvir da bancada de governo para que a gente possa intervir ou se manifestar com relação a esta posição. Agradeço. **Fatima Cortella:** Obrigada pela apresentação e explanação. Acho importante a gente ouvir agora a nossa Secretária e presidente do conselho e depois os demais conselheiros. Por favor Secretária. **Patricia Ellen:** Agradeço o documento das Centrais. Já foi apresentado este documento numa reunião com o governador. Eu fiquei até muito feliz do governador ter tido um gesto muito grande de respeito em relação a mim. E quando ele recebeu este documento ele falou: Olha, eu tenho me reunido muito com as Centrais e vocês contem comigo. E só queria lembrar que a Secretaria do Trabalho já tem uma secretária, a Secretária Patricia Ellen, uma mulher que inclusive defende muito as pautas de vocês aqui. Naquele momento, mesmo que o governador tenha dito isso, eu já comecei a atuar para que a gente tivesse um reforço, entendendo que todo feedback sempre nos traz a oportunidade de melhoria, então eu trouxe a Marina Bragante, uma pessoa com um olhar social, muito forte que eu respeito muito. Ela estava chefe de gabinete da deputada Marina Helou na Assembleia Legislativa e saiu numa forma muito conversada com a deputada. Nós fazemos assim, a gente não tira ninguém de ninguém, e ela me cedeu a Marina muito feliz com o desafio que ela teria. Ela veio como minha Secretária Executiva com este mandato totalmente dedicada ao trabalho, juntamente com o João Rafael, que assume a Subsecretaria de Trabalho, Emprego e Renda. Não



foi pedido do governador, foi a minha vontade de responder a este feedback das Centrais. Sempre ouvindo e querendo aprender. Agradeço Fatima por dizer que isto não é objeto do Conselho, gostaria obviamente de ouvir a opinião do Conselho, mas já que a gente está trazendo questões de governança, também fico pensando, eu também sinto falta de mais mulheres nas Centrais. Já fiz várias reuniões com vocês, sempre só com homens. Sinto falta de representantes de trabalhadores de fato, mais negros, pessoas com deficiência. Que a gente tenha um retrato do Brasil também nas Centrais. Retrato dos nossos trabalhadores na liderança das Centrais. Nós temos que lutar para sermos o exemplo do que queremos ver no mundo. Se queremos de fato resolver, nós precisamos trazer para esta mesa as pessoas que de fato representam os trabalhadores. Eu tenho visto números que mostram como as mulheres estão sofrendo com a pandemia, as mulheres e os deficientes. O único crime que aumentou em São Paulo, foi o crime contra a mulher, ocorridos dentro de casa. As mulheres e as pessoas com deficiência perderam mais empregos. Os negros perderam mais empregos. A desigualdade ficou escancarada e exacerbada em nosso país durante a pandemia. A gente precisa agir e é agora. Sem preconceito, sem machismo e sem fingir que a gente está resolvendo problemas. Então me mostre também quais resultados estamos tendo que não sofrem adendos aos pedidos de todos nós aqui. Com relação ao piso salarial, a última explicação que eu tive, foi que se a gente mudar o Piso, o setor privado terá um grande impacto e o setor público também. Sei que os empregadores tem a preocupação com a questão do Piso por causa da inflação, mas mesmo assim eu tenho defendido este pleito, vou mandar para vocês o último documento que foi protocolado. Tenho defendido isto tanto na Assembleia Legislativa quanto nos órgãos de governo. Se vocês puderem agendar uma reunião com o deputado Cauê Macris, que agora é secretário da Casa Civil. Ele talvez seja a pessoa que mais possa nos apoiar neste momento para aprovar o projeto. Está com ele neste momento e agradeço se vocês puderem ajudar. Eu queria só comentar outro ponto, eu lutei tanto pelo orçamento da pasta, que nós tivemos bons resultados, inclusive com este conselho. Nós tivemos o maior orçamento da história, juntando as duas pastas, o Desenvolvimento Econômico e o Trabalho. Nós não perdemos orçamento, nós aumentamos o orçamento. Juntando o orçamento de 2018, juntando a SERT e a SDE, 2019, 2020 e 2021. Nosso orçamento em 2021 será o dobro do que foi o da antiga SERT e a antiga SDE em 2018. Na verdade, a alocação para as políticas de trabalho é maior também do que a alocação que nós tínhamos quando havia duas pastas. Só queria defender aqui, tanto o governador quanto o vice-governador, eles ouviram o meu pleito e um dos combinados que eu tinha era que nós não deixaríamos de olhar para quem mais precisa e honrar este compromisso. Está a prova aqui do orçamento que nós temos para 2021 e reforço a importância da união e da participação de todos nestes projetos daqui para frente. Porque juntos nós somos mais fortes do que separados. Acho que reintegrar órgãos e pastas agora vai resolver muito pouco dos nossos problemas, mas melhorar a representatividade certamente nos ajudará muito. Com relação à qualificação profissional, nós aumentamos em 15 vezes a cobertura de vagas e a oficial, considerando somente a qualificação, nós estamos entregando três vezes mais vagas do que a SERT sozinha fazia. Me cobrem os números, me cobrem os resultados e as políticas, por favor, para que a gente possa fazer melhor. Sempre estamos aqui para fazer melhor, até porque o melhor não será o suficiente dado o desafio que a nossa população está vivendo e contamos com vocês para que possamos fazer muito mais. Obrigada. **Fatima Cortella:** Obrigada Secretária. Vamos por ordem ver quem deseja falar. **Atilio Peppe:** Desculpem me antecipar, mais terei que sair antes. Gostaria de manifestar aquilo que eu já estou colocando no Chat, primeiro cumprimentar a bancada dos trabalhadores, pela pertinência do documento, principalmente o realismo da análise baseada em evidências científicas sólidas. São alertas muito importantes. Com relação ao ponto da criação da SERT no âmbito do estado, embora seja uma aspiração legítima, não é competência específica do conselho, senão que é uma competência do próprio governo. Contudo, pelo seu Regimento Interno, o CETER, dentro de suas limitações, pode sim discutir o assunto e até fazer recomendações no âmbito das diretrizes de trabalho e renda no estado e ao



mesmo tempo é preciso verificar também a interação desta proposta com o horizonte da política nacional de trabalho, emprego e renda. O que ela tem a dizer também à respeito disto. Este é o posicionamento que fazemos pela Superintendência Regional do Trabalho, neste ponto específico. **Marília de Castro:** Bom dia a todos e todas. Eu gostaria de me pronunciar no seguinte sentido: Legítimas são todas as reivindicações. Todas as nossas reivindicações têm foros próprios. E aqui não é o foro para se discutir esta questão de novas secretarias. Isto é governo do estado. Uma das coisas que a gente, na luta constante por um país mais justo, é saber o que nós discutimos naquela instituição. Existem assuntos palpitantes hoje. Estamos hoje aguardando votações no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional ou então debates profundos no Supremo Tribunal Federal. Entretanto, esses assuntos, que está se discutindo, que temos muito interesse, não pode ser colocado neste Conselho. Estou dando um paralelo pra gente não sair da nossa rota. Porque quando colocamos assuntos estranhos à nossa competência, estamos diminuindo o nosso tempo para ações necessárias a que nós fomos chamados. Há uma lei que nos dá, por exemplo, a competência de propor ações voltadas ao combate e eliminação do trabalho infantil, do trabalho em condições análogas à escravidão, bem como o combate a toda forma de discriminação, do acesso e permanência no mercado de trabalho, orientando os conselhos municipais e demais órgãos estaduais e municipais encarregados de políticas públicas de emprego, trabalho e renda. Muitas vezes a gente percebe na nossa sociedade uma vontade de mudança de estatuto, de lei, mudança de secretaria, mas na realidade a gente perde o nosso tempo nessa questão, deixando de propor ações efetivas no que nós temos competência. Primeiro acho muito importante grupos se reunirem para discutir certos assuntos. Nós somos a sociedade, ela tem diversos olhares. Então é muito importante que cada um discuta o seu olhar com os seus parceiros. Existem momentos em que nós agregamos aquele assunto para outros grupos, mas existem competências. E nós temos que estimular esta retomada econômica no estado de São Paulo e sem dúvida tem consequências no Brasil. E aí eu gostaria de cumprimentar a Patricia Ellen, por este dinamismo que ela tem proposto. Eu já participei do conselho no tempo da Secretaria do Emprego. Na minha visão, a Patricia trouxe um outro olhar, importantíssimo, moderno, de vanguarda e que está proporcionando efetivas ações contra a desigualdade de gênero, de raça e etária. Então ela não está jogando palavras fora. Ela está agindo! E nós estamos vendo isso. Então para mim, mudar nome de secretaria, é pegar um assunto para diminuir a nossa ação que a Patricia está exercendo, lógico, com toda a equipe, mas ela tem muita força política e está conseguindo resultados surpreendentes. Pela exposição dela, não é teoria. Ela também trouxe com base de instituições sérias, este avanço no estado de São Paulo. Esta criação de vagas, ela está muito atenta ao impacto da tecnologia e medidas de proteção aos trabalhadores. Ela está atenta à precarização do trabalho. A esta desindustrialização. O que ela propõe, com sua equipe, o governo do estado; eu falo da Patricia porque eu estou acompanhando realmente mais esta secretaria. Ela está propondo políticas importantes de mudança. E gosto desta sua frase: Seja a mudança que você quer ver no mundo! Acho gigante esta frase e acho fundamental, porque não teorizar, mas sim criar as mudanças. Eu vejo que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico está proporcionando a mudança. Vai precisar mais olhares, por isso que nós estamos aqui neste momento de agregação de olhares para sermos mais eficientes ainda. Mais eficazes. É a união dos olhares, hoje com a liderança da Patricia Ellen. **Danilo Pereira da Silva:** Me desculpem, mas não estou entendendo, a Secretária Patricia, a Marília, este desabafo com relação a proposta do documento que foi colocado pelas Centrais. Não estou entendendo este questionamento de representatividade das Centrais Sindicais. A nossa participação é limitada dentro do processo. Você tem um representante de cada entidade e assim entre a gente, fica até um mal estar, porque todas as Centrais que tem aqui, todas elas têm um compromisso com a igualdade, com a questão de gênero, questões raciais, etnias, todas elas têm. E nós somos escolhidos por defendermos, temos este compromisso com os trabalhadores em cada Central destas aqui. Então não entendi bem este desabafo com relação às Centrais. Eu não vejo no documento algo que



esteja fora da discussão do Conselho. Se há a possibilidade, se não quer discutir a recriação, que é uma questão de governança da Secretaria, a gente já deixou bem claro aqui, que várias das políticas que tinha na Secretaria do Trabalho já estão sendo contempladas. Nós queremos aprofundar mais. A questão do trabalho análogo à escravidão, do trabalho descente, que hoje a gente vê, na própria secretaria que a terceirização não atende isso. Vai contemplar com um departamento do trabalho, mas os assuntos, a agenda está aí colocada. Então não estou entendendo isso e gostaria até de ouvir. Mas, com relação ao que foi colocado pela Secretária, eu já estive no palácio do governo conversando com o Secretário da Casa Civil, o Macris, junto com as Centrais Sindicais, entregamos o documento e da mesma forma, ele achou que isto é agenda prioritária do governo e que nós encaminhássemos ao Governador. A insistência nossa é porque a questão do Piso não vem só como uma reivindicação simplesmente dos trabalhadores de uma renegociação sindical. É uma questão visando a economia do estado como está colocado no documento. Então gostaria de deixar isto claro porque a gente está a fim de contribuir e ajudar dentro do Conselho. **Ana Saeko Suto:** Bom dia. Sobre a proposta de criação da Secretaria, a gente também sabe que a criação de secretaria é do governo. E a gente tem que separar a execução de política. Porque política de governo, quando ele foi candidato ele foi eleito por uma política que ele criou. Por isso acredito que está separando o que é política do que é execução. De toda forma, não é querer criticar o documento que foi encaminhado. Apenas a gente tem que ter um foco nas ações conforme a Dra Marília já explicou. As vezes a gente precisa de alguma coisa mas politicamente isto não é interessante para o governo, porque ele tem uma visão mais macro do que ele está pretendendo como ação. Este ponto que queria colaborar. **Gener Silva:** Bom dia a todos e todas. Eu estou na área sindical há bastante tempo. Também sou do tempo que a Secretaria do trabalho era comandada pelos sindicatos. Pelas Centrais. E funcionava bem. Nós nos dávamos muito bem. Eu tinha amigo pessoal. Penso que se era bom, a unificação ficou melhor. É o que a entidade Fecomércio pensa baseada nas discussões que tivemos entre nós diretores e vice-presidente. É uma opinião geral dentro da Fecomércio. Antes a Secretaria era boa e agora ficou melhor com a unificação. Isto com relação a este pedido. Com relação ao fato do pleito, eu francamente acho pertinente. O pleito para que o governo olhe com carinho para a instalação de uma Secretaria do trabalho. Eu acho pertinente porque nós somos aqui regularmente, institucionalmente, nós representamos de cada setor um terço. Nenhum de nós representa um terço mais dez por cento. Que é uma expressão matemática que não dá para fazer uma divisão correta. Realmente nós sabemos disso. É pertinente porque aqui é deliberativo. E também observar pontos de vista diferentes, mesmo que a gente não concorde é muito útil. É muito bom, extremamente salutar. É como se diz: sair da caixa. De uma forma limitada. Então eu acho pertinente sim. Bastante salutar ouvir. Mesmo porque as Centrais têm categoria e têm o nosso respeito para que eles possam se expressar desta forma, com as suas incontáveis análises, profundas, a respeito de praticamente tudo. Mas claro, temos opiniões diferentes porque estamos em posições diferentes. Temos que concordar que pensar diferente não é anormal. Anormal é a unanimidade geral. Sob certas questões, nós temos a unanimidade. Nós temos origens diferentes, naturezas diferentes. Tem que ser respeitada esta opinião e ver as suas razões. Em relação aos percentuais discutidos para aumento salarial, a Federação do Comércio do estado de SP, representa, assim como a totalidade dos seus sindicatos, que é representado em todo o estado, a capilaridade é ótima, por sindicatos locais. Nós temos uma condição de base. E nós representamos, na sua totalidade, aquilo em que está focada as dificuldades da pequena empresa. Sabemos, o Sebrae sempre faz as suas pesquisas, 80% das empresas do estado são constituídas por micro e pequenas empresas. E o que é surpreendente é que no passado agora recente antes da pandemia, a somatória dos empregados das micro e pequenas empresas somava mais, muito mais, que a somatória dos empregados das grandes empresas. Mas elas não têm poder de fogo para fazer os seus pleitos. Tem através dos sindicatos. E nós sabemos que em se tratando de varejo, as empresas mais fortes são lojas de rede, de departamentos. Em geral são



multinacionais. Vou ler uma pesquisa feita com oito mil pequenos empresários: 79% declararam que o seu faturamento diminuiu devido ao impacto do Covid. Sendo que o impacto médio da pandemia foi de 43% do faturamento. Ainda que reabertura tenha acontecido, a mesma pesquisa mostra que 70% dos pequenos varejistas possuem dívidas. E 36% deles estão inadimplentes. De maneira geral, eles acham que será um ano e meio para voltar ao normal. O que estou sugerindo com isso, é que também temos que pensar nas micro e pequenas empresas que são geradoras da maior quantidade de empregos no país e no Estado de São Paulo. Nas reuniões que faço com eles, eles dizem uma frase que acho interessante: Presidente, nós somos um empregado melhorado. Somos um empregado que está tentando ser empregador. E não está dando certo. Por isso é bom ter o pé na base para ver a realidade. Em relação ao Piso, vou falar do nacional e do estadual. O Piso Estadual sempre foi superior ao nacional. No respeitável documento emitido pelas Centrais, estão estabelecendo um parâmetro entre alguns estados. Que outros estados tem um piso maior que do Estado de São Paulo, com toda a nossa pujança. Ou ex pujança ou pujança futura. Devo admitir o seguinte: a maior força econômica é a União e o nosso piso está sempre acima da União. Com relação à tecnologia, ela não vai parar. O computador comum fazia de um século em uma hora. O computador quântico que vem aí vai fazer um século em um segundo. **Nailton Francisco de Souza:** Bom dia. Inicialmente dizer que não recebam a pauta das Centrais como uma espécie de Cavalo de Troia. Parece que o governo recebeu este documento como uma puxada de tapete que as Centrais querem fazer em relação à Patricia. A competência da Patricia, sua capacidade de gerenciar estes problemas dentro do governo, tem sido enorme. As Centrais reconhecem isso e parabenizam o trabalho que ela tem feito. Depois, a participação das Centrais neste Conselho, que fique bem claro para o governo, para os representantes dos empresários, não é de simplesmente chancelar as decisões de governo. Vai ter divergências, e a nossa ideia é ter uma participação mais efetiva. Inclusive nestes outros temas. Não vamos fazer aqui um campo de batalha se vai ou não criar uma secretaria. Inclusive parabenizamos a mudança de postura deste governo, que no início o Governador João Dória tratava o movimento sindical com desdém porque acompanhava a loucura do Presidente da República e percebeu que ia dar um tiro no pé. Mas mudou esta postura e já estivemos com ele e conversamos sobre isso. Ele abriu este espaço para o movimento sindical se expressar. Na sociedade moderna, é importante ter este diálogo social. Ouvir realmente todas as partes. Por que se for para ficar o governo, por mais que ele tenha sido eleito, ele vai fazer o que bem entende, não funciona. Vai ter a resposta da população, dos trabalhadores em relação às políticas adotadas. Vocês apresentam uma série de números. Na questão da introdução de novas tecnologias, nós temos preocupação. A cada instante se cria um Aplicativo, uma nova tecnologia e os trabalhadores é que pagam o preço com o seu desemprego ou a precarização das condições de trabalho. Em São Paulo tem muitos exemplos destes aplicativos, Uber, tem o Bus no transporte rodoviário e na cidade de São Paulo, a maior cidade do país, o prefeito que é parceiro do governador, com proposta de retirar e desempregar mais de dezoito mil pais de família, que são os cobradores de ônibus. As Centrais têm esta preocupação, este olhar. Se o governo do estado que é uma potência, não puder nos ajudar neste sentido, então... Quando a gente traz reivindicações para este conselho, é para justamente, no caso a maior representante nossa a secretária, levar estas preocupações para o governador. Sabemos de suas atribuições que são enormes, mas tem questões que são prioridade. Não adianta só no discurso dizer que vai fazer e na prática acaba não acontecendo. Só para frisar, nós discutimos antes da criação do conselho, a questão dos metroviários. A Patricia teve uma atenção fenomenal e conseguimos resolver a situação, só que fomos esta semana surpreendidos por que o governo mudou a posição. Então é difícil para nós os trabalhadores participar de determinados espaços que são abertos e no entanto aquilo que nós reivindicamos fica considerado letra morta. Não é isso que nós queremos. Nossa proposta no início era sermos sucintos, mas o governo veio com uma posição extrema. E aí fica difícil dialogar. Queremos uma participação efetiva e não figurativa. O conselho pode tomar decisões, depois se o governo vai aceitar ou não é outro



problema. A gente precisa debater estas questões, aprovar ou desaprovar. O conselho precisa fazer isso. Porque se for só para ver um monte de números, e assinar um cheque em branco para o governo depois fazer propaganda que tem um espaço com os trabalhadores. **Paulo Oliveira:** Bom dia a todos. É uma alegria participar aqui deste momento de reunião, peço licença a meus pares porque tinha ficado definido que o Danilo e o Nailton falariam na defesa de nossa pauta. Mas a minha fala é em relação às posições que foram externadas. Quero agradecer ao Gener pela capacidade de interação neste processo de buscar amenizar as discussões que fora colocadas. Talvez a vivência dele nos ensine muito e sou grato à sua grandeza. Obrigado. Em relação à fala da Secretária e também à fala da Marília de forma muito rápida, objetiva e carinhosa também. Nós temos discutido com os colegas, uma visão muito positiva em relação à nossa secretária. Acho de uma inteligência, de uma capacidade fenomenal e isto tem sido, pelo menos em nossas falas, a sua capacidade de conduzir os processos e isso nos agrada muito, é bom ver o governo inteligente. Isto sempre nos deixa muito felizes. Me surpreendeu a reação dela. Sinceramente me surpreendeu porque constatei nela sempre uma grande inteligência. Talvez por um erro de interpretação de que a bancada dos trabalhadores estivesse de alguma forma querendo dividir a competência, a capacidade que ela tem. Jamais! Não era este objetivo. Claro que queremos que o debate se dê de forma mais objetiva possível. Eu até fiquei incomodado com umas falas muito duras, quando ela fala de igualdade dentro das Centrais, coisa que nós não cobramos aqui, nem discutimos os defeitos dos outros. Nós sabemos onde estão os nossos problemas. Podemos passar o dia debatendo os nossos defeitos e não fazemos isso. Trouxemos propostas no sentido de encaminhamento. Não é problema de discussão efetiva disso, nós sabemos onde estão efetivamente colocados. O que efetivamente buscamos com esta proposta os pares já falaram por igualdade social por ampliação dos espaços das mulheres. De todos os meios dentro de nossos organismos temos lidado com isso de forma muito efetiva. Mas as nossas pautas aqui, elas são no sentido de realmente trazer o pobre, o trabalhador ao que nós representamos efetivamente para a agenda do governo. Jamais fazer uma discussão ao ponto que te incomode Secretária, no aspecto que você ache que estamos tentando dividir a sua capacidade. Jamais foi esta a nossa intenção. Fazemos muitas negociações com os patronais e aí me lembrou patronais inexperientes, quando a gente faz um pedido e eles acham que a nossa pauta é objetiva e direta. É um pedido, é uma forma de encontrar espaço neste sentido. Então eu queira pedir desculpas pela minha fala, também acho a Marília, que eu conheci aqui, mas também acho muito inteligente e muita capacidade de discussão e fiquei chateado dela falar que estamos tomando o tempo com a nossa pauta. Nós precisamos ter amplitude para debater os temas, ainda que eles não sejam de agrado. O Gener disse, nós temos um salário que é maior que o mínimo, mas está congelado há tanto tempo. Algum problema neste pedido? Algum problema que a gente debata isso? Algum problema que a gente deseje a nossa Secretaria ? Sem menosprezar a capacidade da nossa Secretária aqui? Algum problema que a gente peça um olhar mais específico em relação às pessoas que estão nas condições mais vulneráveis em relação às ações que o Governo toma? Meus amigos e amigas com todo o respeito dá tristeza como a nossa pauta foi recebida. Nós estamos juntos aqui, entendemos a importância desse espaço e queremos construir juntos com vocês. Obrigado. **Narciso Figueirôa:** Bom dia a todos. Eu represento a Federação das Empresas de Transporte de Cargas do Estado de São Paulo. Primeiramente queria dizer que a pauta apresentada pelas Centrais é uma pauta importante, é uma iniciativa que as Centrais tomaram de apresentar uma pauta que eles chamam de unificada. E já foi colocada para o Governo e pretendem debater no Conselho. Eu não vejo problemas de discutir esta pauta, acho legítima. Gostaria de fazer uma sugestão, já que estamos iniciando os trabalhos deste Conselho, acho que até para facilitar a discussão, há alguns itens da pauta das Centrais que afetam uma questão de estrutura do próprio Governo. A recriação da Secretaria de Trabalho, é uma coisa que diz mais respeito e análise do Governo em relação à possibilidade de recriação da Secretaria. Em relação à questão do Piso Estadual, seria bom que nós pudéssemos, quando tivermos que nos aprofundar



numa discussão como essa, a gente tivesse a oportunidade de reunir a bancada patronal, para que em conjunto a gente pudesse avaliar. E ter um posicionamento tanto quanto possível até uniforme. Dessa forma, uma reunião dessa nós estamos inclusive por teleconferência, fica mais difícil termos uma análise do setor patronal dessa pauta. Sem prejuízo evidentemente de determinados assuntos até, acho que é necessário, nós submetemos à diretoria de nossas entidades. Em princípio, não falando aqui pela diretoria de minha Federação, esta questão do Piso Estadual, embora seja uma pauta legítima, deveríamos levar em consideração o momento econômico que nós estamos vivendo. Graças a Deus, a Secretária frisou bem isso, nós estamos num quadro melhor da Pandemia e sob o aspecto saúde do que estávamos no começo do ano. Mas em termos econômicos ainda temos os efeitos da Pandemia em vários setores; o Gener representa o setor do comércio, falou das pequenas empresas, a dificuldade ainda é muito grande. Vamos ter ainda um ano ou mais para recuperar. No setor de transportes também não é diferente. 80% das empresas do setor são pequenas e médias. Então este assunto do Piso, se de um lado é legítimo reivindicar a correção, do outro lado deve-se considerar também o momento. Será que estamos no momento adequado para analisar este assunto? Será que não deveríamos esperar um pouco mais para que a economia volte a se recuperar? Então isto que eu queria colocar e dizer que ainda, em termos econômicos, no meio da Pandemia. Nesta questão, embora a legislação afaste, e eu acho que não deveria afastar, a questão do servidor público aos efeitos do Piso Salarial Estadual, as negociações coletivas, o próprio Dieese, eu acompanho os levantamentos muito bem feitos que ele faz das negociações coletivas, elas têm procurado adequar este momento difícil em relação às negociações pontuais. Acho que as negociações coletivas é que é o caminho que nós temos para compatibilizar ou compensar estas perdas salariais que foram obtidas nesta pandemia. Obrigado. **Victor Pazani:** Um comentário rápido em relação especificamente ao Piso Regional. Queria falar da experiência que o próprio Dieese tem assessorando as Centrais Sindicais dos outros estados em que há o Piso. Tanto o Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nestes estados o CTER é sim espaço de discussão e de negociação do Piso. Porque é um fórum tripartite. Ontem mesmo houve reunião do CTER do Paraná, que é o estado que tem o maior Piso do Brasil, e já foi encaminhada uma proposta de fazer o reajuste do Piso no início do ano que vem de acordo com o INPC. Primeiro foi esta questão de competência do Conselho. O outro aspecto é que o salário mínimo nacional deve ser reajustado no ano que vem de acordo com o INPC, conforme determina a Constituição Federal. E caso o Piso Regional de São Paulo não seja reajustado, ele deixa de existir, porque hoje ele está 6% acima do Piso Nacional e a inflação deve superar os 10%, então nós não teremos mais o Piso Estadual de São Paulo. Este é um ponto para ser observado aqui pelos Conselheiros. **Fatima Cortella:** Acho que esta discussão é muito importante e muito válida, e eu reforço o que conversamos aqui em outra reunião, a questão dos Grupos de Interesse. Percebem? Aqui nesta conversa que tivemos acho que fica focado para que a gente trabalhe isso de uma forma mais detalhada. Para que a gente possa dar continuidade em nossas discussões. **Nicolino Eugênio:** Serei breve. Apenas reconhecer a legitimidade logicamente das Centrais em apresentar um pleito como este. A importância dos temas trazidos e é incontestável a relevância de tudo aquilo que está sendo exposto. Apenas pondero aqui, em linha com outros comentários que já foram feitos, acredito que todos fizeram pronunciamentos muito relevantes e apropriados. Só me junto ao pensamento de que não é competência propriamente do Conselho o tema da recriação de uma Secretaria. Todos já falara e de uma maneira muito convincente e apropriada no julgamento de todos. Obrigado. **Patricia Ellen:** Somente para encerrar e agradecer os comentários de todos e passar alguns esclarecimentos. A pauta foi enviada para a nossa Secretaria Executiva apoiamos e reconhecemos a relevância do pleito. A título de transparência, esta mesma pauta foi enviada pelo Dieese ao Governador, e ele já teve duas reuniões com as Centrais com estes mesmos pleitos. Dei apoio para que os membros viessem na reunião passada, nossa Secretária Executiva Marina Bragante acatou a sugestão. Todos nós aqui estamos do mesmo lado. Reconhecemos a legitimidade de



cada um aqui expor as suas pautas. O outro ponto, que o Dr. Gener colocou, que bom que nós temos visões diferentes, o Brasil está precisando de espaços democráticos onde todos coloquem as suas visões. Para que sejamos mais efetivos vamos concentrar no que é competência do Conselho. O Piso Salarial é e as Políticas de Trabalho também são. A composição da governança não é foi também esclarecido pelo Conselheiro Atilio. Eu também fiz uma consulta interna, eu mantive a pauta. Atitude de total transparência porque eu já recebi esta pauta das Centrais uma vez. E aqui eu queria fazer um parêntese porque eu preciso da ajuda de vocês em relação ao ofício. Eu mandei, eu tenho defendido este tema há dois anos. O Piso que foi aprovado em 2019 foi através da minha pasta que colocou e defendeu. Então este é claramente um tema que precisa de debate. Não temos no Conselho a aprovação unânime. Então é importante este espaço democrático. Esta questão do Piso precisa de um Grupo de Trabalho emergencialmente, porque é sim competência deste Conselho e se nós não tivermos uníssono em nossa proposta, vai ser muito mais difícil uma aprovação pelo momento complexo que estamos vivendo. Eu vou pedir agora o agendamento de uma reunião urgente, como sugestão da Vice-presidente Fatima Cortella, para que tenhamos uma visão deste Conselho com relação a isto. No que tange as outras pautas de políticas de trabalho das Centrais, também vou pedir uma reunião de trabalho esta semana. Nós estamos realizando a aprovação orçamentária, já foi aprovado o orçamento para o ano que vem. Temos a execução para este ano e as novas políticas a serem executadas no ano que vem. E muito do que a gente trouxe, talvez eu não tenha sido clara aqui, é que não estamos apresentando só números, são pessoas. Cada número aí é uma pessoa que foi atendida por uma política. E foram pleitos deste Conselho. Pleitos que nós fizemos para aprovação de orçamentos emergenciais que foram aprovados agora neste segundo semestre e também para o ano que vem. Mas eu peço que tenhamos urgentemente pelo menos estas duas reuniões de trabalho: uma com relação ao Piso, com os participantes que têm interesse, representantes de cada área aqui, e a outra com as Centrais e suas políticas para que possamos garantir que elas estejam incluídas neste processo à partir de agora com bastante urgência. Nós já fizemos várias reuniões de trabalho com vocês com base neste mesmo estudo. Mas nós temos aqui, pelo menos na escuta de que algumas não tinham sido contempladas. Com relação a este olhar aqui de as pessoas se sentirem impactadas com meu comentário inicial, foi o que eu coloquei, este tema não foi a primeira vez que veio, isto já foi entregue ao Governador. Sim, manifestei minha surpresa de que se mantenha o pleito por que isto já foi debatido várias vezes. Então na nossa reunião com as Centrais eu gostaria de entender exatamente, de uma forma concreta o que não está sendo contemplado. E reforço tanto ouvi, que a própria Secretária Marina Bragante e o João Rafael foram contratações recentes, desde que este pleito foi apresentado da primeira vez. Vejo que algumas coisas continuam não sendo contempladas e por isso nesta reunião de trabalho gostaria que nós concretamente trabalhássemos mais do que uma governança o que está sendo atendido e o que não está. E como nós podemos trabalhar melhor. Uma Secretaria a mais ou a menos, o que é representatividade, se atende ou não, foi exatamente a opinião pessoal que eu coloquei. A gente começar a criticar como funciona a casa do outro, cada um tem uma opinião. O mais importante é o que a gente quer produzir juntos. E é nisso que eu quero concentrar na nossa próxima reunião: o que não está sendo atendido e o que está. Políticas de trabalho decente, evitar a precarização do trabalho, melhorar a empregabilidade das pessoas em dificuldade, isto são pautas de todos nós. E gostei muito de ouvir do Dr. Danilo este manifesto de reconhecimento da mudança de postura do Governador. Por que isto foi inclusive uma parte muito importante da minha conversa inicial com ele quando eu aceitei a liderança da Pasta. Eu coloquei para ele que eu venho de uma origem bastante humilde e defendo muito a parte dos trabalhadores. Foi fruto da nossa negociação de quando eu assumi a Pasta, de que este seria o tom da nossa Pasta: a defesa dos trabalhadores, o diálogo com todas as partes representativas e fico feliz que vocês tenham percebido esta mudança porque foi sim uma discussão nossa e ele mesmo reconhece que mudou muito e fortaleceu muito a postura com relação a este tema. Eu acho que em geral,



nossos consensos são muito maiores do que parece, acho que a nossa próxima reunião presencial vai mostrar muito isso. Tem coisas que o Zoom tem uma limitação à partir do momento que não substitui o olho no olho. Eu espero na nossa próxima reunião a gente consiga de fato conversar, com o calor humano também. E de novo só peço que vocês abram a agenda para que a gente tenha pelo menos estas duas reuniões. Eu estou pessoalmente preocupada com a questão do Piso e mais urgentemente que todas as políticas sejam contempladas, porque vocês devem lembrar que nós temos somente mais dois meses para incluir qualquer tipo de ajuste no nosso governo. Ano que vem será ano eleitoral e programas novos não podem ser incluídos. E temos que inclusive ter tempo hábil para empenhar orçamento. Nós não podemos fazer orçamento de programas novos e ajustes programáticos no início de ano eleitoral. Por isso eu manifesto aqui a audiência e reporto a legitimidade de todos os pleitos e é importante a gente saber a competência de cada órgão para que a gente possa ser mais efetivo e agradeço de novo a transparência, o fato de todos colocarem as suas visões, mesmo que elas não sejam 100% alinhadas com a visão do outro. Se o Brasil tiver mais espaços como este tenho certeza que vamos avançar muito mais e de uma forma muito mais produtiva e ágil que é o que nossa população precisa neste momento. **Juliana Junqueira:** É só uma questão de ordem, eu gostaria de lembrar aos Conselheiros que de acordo com o artigo nono do nosso Regimento Interno, o material para a pauta deve ser passado para a Secretaria Executiva com uma semana de antecedência, para que possa ser enviado aos Conselheiros junto com a pauta da reunião. No caso de material muito complexo, esse tempo seria maior, de quinze dias. Para que os Conselheiros tenham tempo de ler e avaliar as propostas. Então, daqui para frente não aceitaremos mais material que chegue em cima da hora da reunião. Peço a compreensão dos Srs. Obrigada. **Fatima Cortella:** Sendo assim, acho que podemos encerrar. Agradeço a participação de todos. E reforço a questão de montarmos os grupos de interesse, focarmos naquilo que a gente realmente precisa melhorar e agilizar. E reforçar que junto ao Retoma, o Desenvolvimento Social também participa e isto que vocês estão colocando, a questão do trabalho, esta preocupação nós também temos aqui na Secretaria, onde nós temos o programa Impulsiona, que temos parceria também com o Sebrae, CIEE, exatamente na busca de qualificação, intermediação de mão de obra e também a questão do empreendedorismo. Acho que todos nós estamos alinhados, as vezes temos algumas falas, que eu penso diferente e isto é importante, é isto que fortalece a democracia e é importante estarmos juntos também nos municípios de pequeno porte, aqueles que não têm Pats, como temos que trabalhar e conjugar. Acho que o Retoma vem aí num trabalho intenso, que nós também participamos. Acho que vocês devem todos participar e nos unirmos. Exatamente para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos paulistanos. Acho que é este o nosso principal papel. Buscamos soluções objetiva e práticas e fortalecermos os eixos dos programas que já existem e as ações que já existem. Aqui dentro da Assistência nós trabalhamos em duas ações estratégicas de inclusão social e produtiva que é: Acolher para incluir, que é o caminho da autonomia. Acho que o nosso trabalho é exatamente este. Muito obrigada a todos.

Juliana Junqueira

Secretária Executiva do CETER/SP

CONSELHO ESTADUAL DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - CETER

Av. Escola Politécnica nº 82, Jaguaré – São Paulo / SP – CEP: 05350-000

Fone: (11) 3718-6594 / Email: conselhoestadualdeemprego@sde.sp.gov.br

Facebook: @CETERconselhoestadualdeempregosp

